



1  
437  
v

**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

---

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração em Recurso de Agravo em Apelação nº 0329022-4**

**Embargante:** Telemar Norte Leste S/A.

**Embargado:** Ivana Kelly Melo de Sousa

**Relator Convocado:** Juiz Márcio Aguiar

**EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ACÓRDÃO EMERGENTE DO JULGAMENTO DE RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. PREQUESTIONAMENTO. NÃO DEMONSTRADOS OS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. RECURSO REJEITADO. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Hipótese em que os embargos não buscam elidir qualquer omissão, contradição ou obscuridade, mas apenas prequestionar matéria enfrentada pelo julgado.

2. "O prequestionamento da matéria, por si só, não tem o condão de viabilizar o acolhimento dos embargos de declaração, pois é indispensável a demonstração inequívoca da ocorrência dos vícios enumerados no artigo 535 do CPC. 3. Recurso especial não conhecido" (STJ-5ª T., RESP 673777/SP, Ministra Laurita Vaz, DJU 21.10. 04).

3. Embargos rejeitados à unanimidade de votos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração em Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 0329022-4, em que figura como embargante TELEMAR NORTE LESTE S/A e como embargado IVANA KELLY MELO DE SOUSA, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos em REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO na conformidade do relatório e do voto, que integram este aresto.

Recife, 22.05.14

Juiz Márcio Aguiar  
Relator Convocado



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração em Recurso de Agravo em Apelação nº 0329022-4

Embargante: Telemar Norte Leste S/A.

Embargado: Ivana Kelly Melo de Sousa.

Relator Convocado: Juiz Márcio Aguiar

RELATÓRIO

Cuida-se de embargos de declaração interpostos ao acórdão proferido no Agravo Legal nº 0329022-4, em que a recorrente, **Telemar Norte Leste S/A**, requer o acolhimento dos presentes embargos para fins de prequestionamento dos seguintes dispositivos normativos: art. 4º, III, art. 14, § 3º, II, art. 46, da Lei 8.078/90; arts. 113 e 422 do Código Civil/02; art. 104, § 1º da Resolução nº 426 da ANATEL; arts. 21, 128, 293, 459 e 460 do CPC; art. 8º, art. 9º, art. 43, art. 48, art. 69, art. 93, I, III e IX e art. 103 da Lei Federal 9.472/97; e art. 5º, LIV, LV e LXXVIII, art. 21, XI, art. 105, III, alíneas "a" e "c" e art. 175, Parágrafo Único, III da CF/88.

Por independer de pauta, trago o feito em mesa para julgamento por esta Câmara.

VOTO

Para melhor elucidar a questão tenha-se o acórdão embargado:

**EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSO DE AGRAVO. INSCRIÇÃO INDEVIDA. REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. INDENIZAÇÃO. MANUTENÇÃO DO VALOR ESTIPULADO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.**

1 - O dano moral decorrente da inscrição indevida no cadastro de inadimplentes é considerado "*in re ipsa*", não sendo necessária, portanto, a prova do prejuízo. Precedentes.

2 - O valor arbitrado a título de indenização por danos morais, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), atende aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, estando bem sopesado diante das circunstâncias, não se afigurando excessivo.

3 - Agravo improvido. Decisão unânime.

Pois bem.

Sabemos que somente se justifica o manejo dos embargos de declaração, nos contornos definidos no art. 535 do Código de Ritos, com o escopo de expungir ou afastar do provimento jurisdicional eventuais obscuridades, contradições ou ainda suprir omissão sobre ponto acerca do qual se impunha pronunciamento.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

2 439  
✓

Na hipótese dos autos, não se verifica qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão vergastada que, ao contrário, abordou toda a matéria de forma coerente, nos limites em que foi posta em Juízo, apreciando exaustivamente os pontos trazidos no apelo da ora recorrente.

Note-se que não está obrigado o Tribunal a examinar exaustivamente a controvérsia da forma como colocada pelas partes, mas apenas indicar os fundamentos pelos quais acolhe ou rejeita a pretensão deduzida nos autos, segundo a regra do livre convencimento motivado (art. 131 do CPC).

Quanto ao prequestionamento pretendido pela embargante, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que, mesmo que interpostos com a finalidade de prequestionar, os embargos de declaração devem se submeter ao regime imposto pelo art. 535, do CPC. Sobre o tema, confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 535, DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. (...) 2. O prequestionamento da matéria, por si só, não tem o condão de viabilizar o acolhimento dos embargos de declaração, pois é indispensável a demonstração inequívoca da ocorrência dos vícios enumerados no artigo 535 do CPC. 3. Recurso especial não conhecido" (STJ-5ª T., RESP 673777 / SP, Ministra Laurita Vaz, DJU 21.10.04). (g.n.)

Desta forma, tem-se que a presente decisão deixou clara a motivação expendida, não havendo qualquer omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada, pelo que cuido ser conveniente que seus argumentos sejam tecidos no recurso cabível, a fim de ser apreciado pela Instância Superior, caso seja do interesse da parte vencida.

Consequentemente, não estando presentes os requisitos previstos no art. 535 do CPC, impõe-se a rejeição dos embargos.

Assim, REJEITO estes Embargos de Declaração interpostos por Telemar Norte Leste S/A, mantendo-se o acórdão em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 22.05.14

*Márcio Aguiar*  
Juiz Márcio Aguiar  
Relator Convocado.